



Politécnicos: Orçamentos corrigidos, equilíbrio mais próximo

POLITÉCNICOS

Orçamentos corrigidos, equilíbrio mais próximo



Carlos
Maia

Há cerca de um ano, sensivelmente, a comunicação social dava conta das dificuldades financeiras dos Politécnicos de Castelo Branco, de Santarém e de Tomar, respetivamente, para pagar os salários de novembro e dezembro e o subsídio de Natal, o que só veio a ser possível através de reforços extraordinários a essas Instituições, prática verificada também em alguns anos anteriores. O problema do subfinanciamento

é antigo, e tem constituído um dos principais constrangimentos para as instituições de ensino superior. Na sequência do último pedido de resgate efetuado por Portugal, em 2011, foram implementadas medidas de contenção orçamental e controlo do défice que, no caso do ensino superior, excederam, em muito, a redução geral da despesa pública. Verificaram-se reduções no financiamento a que nunca se tinha assistido. Apenas para dar um exemplo, no caso do Politécnico de Castelo Branco, as dotações iniciais provenientes do Orçamento do Estado sofreram cortes de 27,2% (!) entre 2010 (18.652.386 euros) e 2012 (13.568.259 euros). Como consequência destes cortes, algumas instituições passaram a ter orçamentos deficitários, ou seja, as receitas previstas passaram a ser insuficientes para fazer face às despesas. A obrigatoriedade de

entregar orçamentos tecnicamente equilibrados, fez com que essas instituições passassem a inscrever receitas extraordinárias nas suas propostas de orçamento, que antecipadamente sabiam que não iam cobrar. Além disso, os contratos assinados com os governos foram deficientemente cumpridos, não tendo as instituições sido compensadas do aumento de despesas resultante de alterações legislativas, contrariamente ao acordado. Este conjunto de fatores levou a que algumas instituições tivessem a necessidade de ver o seu orçamento reforçado, no final de cada ano, para fazer face a um défice conhecido praticamente um ano antes, logo na altura da submissão da proposta de orçamento. As reivindicações dos dirigentes das instituições de ensino superior, no sentido de os orçamentos iniciais passarem a integrar os reforços que

já se sabia serem necessários no final do ano, nunca encontraram acolhimento, por parte dos governantes, até ao presente ano. É, por isso, com satisfação, que se verifica que no orçamento do ano de 2020, prestes a findar, as dotações iniciais das instituições de ensino superior foram finalmente corrigidas, passando a incluir logo o valor correspondente ao défice do ano anterior, o que permite que todas as instituições, incluindo os Politécnicos de Castelo Branco, Santarém e Tomar, terminem o ano em equilíbrio orçamental. Voltando ao exemplo do IPCB, e tal como consta nos Planos de Atividades e Relatórios de Atividades e Contas da Instituição, ao comparar-se a dotação inicial de 2017, proveniente do Orçamento do Estado (15.667.981 euros), com a de 2020 (17.078.613 euros), verifica-se que houve um

acréscimo de cerca de 1.400.000 euros. Ou seja, a dotação inicial de 2020 é próxima da dotação final (dotação inicial + reforços) de 2017 e 2018, respetivamente, e superior à de 2019 em cerca de 500.000 euros. De acordo com o Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, "o Politécnico de Castelo Branco no orçamento de 2020 foi dos que teve maior aumento em termos percentuais" (Ensino Magazine nº 267), o que constitui o reconhecimento, por parte do governo, do subfinanciamento crónico da Instituição. É de saudar a satisfação dessa antiga pretensão. Apenas se lamenta que não tenha sido acolhida anos mais cedo. Ter-se-iam evitado os reforços, e permitido às Instituições um melhor planeamento e uma maior eficiência na gestão dos recursos.